



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 2 – Inclusão e Pertencimento

Bibliotecário com deficiência: vozes, protagonismo e empoderamento profissional

Librarians with disabilities: voices, protagonism and professional empowerment

Isabel Cristina dos Santos Diniz – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –
isabel.diniz@ufma.br

Hilrane Pinheiro Montrlo – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –
hp.montelo@discente.ufma.br

Resumo: Este estudo relata os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que procura identificar alguns pontos importantes para a vivência e adequação do bibliotecário com deficiência no trabalho e sua criatividade em poder readaptar serviços inclusivos à comunidade usuária. Ademais, investiga-se, sobre dificuldades operacionais, cargas horárias flexíveis e compatíveis com a limitação deste profissional. Utilizou-se um roteiro de questionário feito pelo google forms. Para os resultados, permite-se conferir uma percepção sensível e crítica sobre as barreiras físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais presentes nas bibliotecas, tornando-se protagonista na formulação de práticas, contribuindo significativamente para valorização da identidade destes usuários com deficiência.

Palavras-chave: Bibliotecário com deficiência. Biblioteca Universitária. Empoderament. Protagonismo.

Abstract: This study reports the partial results of an ongoing research project that seeks to identify some important points for the experience and adaptation of librarians with disabilities at work and their creativity in being able to readapt inclusive services to the user community. It also investigates operational difficulties and flexible working hours that are compatible with the limitations of this professional. A questionnaire script using Google Forms was used. The results provide a sensitive and critical perception of the physical, communicational, informational and attitudinal barriers present in libraries,





making them protagonists in the formulation of practices, contributing significantly to the valorization of the identity of these users with disabilities.

Keywords: Librarian with disabilities. University Library. Empowerment. Protagonism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é um resultado parcial de uma pesquisa ainda em andamento, intitulada "Bibliotecários com deficiência em bibliotecas universitárias brasileiras: vozes, protagonismo e empoderamento profissional", do Programa de Educação Tutorial - PET Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a qual complementa os conteúdos das unidades curriculares do Projeto Político-Pedagógico (PPP) desta Universidade, em razão da escassez de materiais que explorem esta temática dentro da área de Ciência da Informação.

Nessa perspectiva, esta pesquisa visa levantar uma discussão sobre a atuação do profissional bibliotecário com deficiência como agente na mediação acessível de informações e suportes informacionais. Portanto, esta parte da investigação tem por objetivo identificar alguns pontos importantes para a vivência e adequação deste profissional no ambiente de trabalho e sua criatividade em readaptar serviços inclusivos à comunidade usuária. Investigou-se, também, as principais dificuldades operacionais, bem como a possibilidade de uma carga horária flexível e compatível com as limitações desse profissional atuante.

Ademais, o profissional bibliotecário, com ou sem deficiência, deve formar-se integralmente como um agente acessível, pois:

Todos os alunos, de modo igualitário, independente de sua origem social, sua renda ou que tenham deficiência, têm o direito de acesso aos serviços prestados pelas bibliotecas. Pressupõe-se que o bibliotecário, por ser também um prestador de serviços e por se relacionar com uma diversidade de pessoas, tenha consciência e esteja atento às necessidades e particularidades de seus usuários, de modo que possa ter condições de atender suas demandas. (Costa; Duarte, 2017, p. 163).

Além disso, é importante destacar a atuação dos profissionais com deficiência na defesa por serviços informacionais mais acessíveis e inclusivos. Por meio de sua própria vivência, esses profissionais tornam-se agentes transformadores, promovendo uma prática bibliotecária mais sensível às diversidades. Sua presença no campo reforça a importância do empoderamento, não apenas como uma conquista pessoal, mas como



um posicionamento ético e profissional que impulsiona mudanças estruturais nas instituições e amplia o acesso à informação para todos.(Diniz, Almeida e Furtado, 2019)

Tal pesquisa implica, justamente, nos estudos de perfil profissional, tendo em vista o objetivo de compreender as necessidades e os usos da informação, bem como a importância de este profissional atuante estar ciente de seus deveres.

Nas próximas seções, descreve-se, primeiramente, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho; em seguida, apresentam-se os resultados obtidos em função do formulário aplicado no âmbito deste estudo. Posteriormente, realiza-se a análise dos resultados e, por último, apresentam-se as considerações finais, nas quais se fazem os devidos apontamentos restantes.

2 METODOLOGIA

Acerca dos aspectos metodológicos, consiste em uma pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa, com apresentação de dados levantados a partir do instrumento de coleta, na qual se realizou a captação de informações por meio de um formulário semiestruturado, aplicado através da plataforma *Google Forms*, a uma bibliotecária com deficiência responsável pelo setor de acessibilidade da Biblioteca Central da UFMA.

A aplicação desse formulário teve como finalidade viabilizar o alcance tanto do objetivo geral quanto dos objetivos específicos, sendo possível analisar as contribuições de uma bibliotecária com deficiência lotada em uma biblioteca universitária, bem como suas ações e estratégias voltadas para a acessibilidade e inclusão.

Nessa perspectiva, as bibliotecas da UFMA têm desempenhado um papel importante no atendimento às demandas de acessibilidade da comunidade acadêmica. De acordo com levantamento realizado pela Diretoria de Acessibilidade (DACES), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), no âmbito do Centro de Ciências Sociais (CCSo), foi registrado um total de 665 estudantes com deficiência matriculados entre os anos de 2010 e o segundo semestre de 2023.2. Esses estudantes apresentam os mais diversos tipos de deficiência, incluindo Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiências visual, física, auditiva, intelectual e múltipla.



Para garantir o acesso pleno à educação e à informação, esses usuários contam com o apoio da DACES, que atua no atendimento de suas necessidades, sejam elas de natureza informacional, atitudinal, arquitetônica ou de outra ordem, promovendo ações de inclusão e acessibilidade no contexto universitário. No portal da Universidade Federal do Maranhão, informa-se que:

A Diretoria de Acessibilidade tem o papel de orientar, planejar e encaminhar projetos sobre acessibilidade. Então, estamos sempre buscando avaliar os espaços, caminhando com informações relevantes para a comunidade acadêmica em relação às Pessoas com Deficiência. A Diretoria [...] não é a única responsável por isso, visto que todo o corpo acadêmico é responsável pela acessibilidade de todas as pessoas, a partir do momento em que nós somos técnicos, alunos e professores, cada um tem sua responsabilidade em relação à acessibilidade no câmpus”. (Ufma, 2023, não paginado)

Dessa forma, reconhecendo a necessidade de intervenções e da implementação de serviços mais acessíveis no âmbito da biblioteca universitária, esta pesquisa teve início com a proposta de investigar 8 (oito) bibliotecários com deficiência, provenientes de 7 (sete) estados brasileiros distintos. No entanto, para fins deste artigo, será apresentada a análise referente a uma bibliotecária com deficiência física, escolhida como estudo de caso representativo.

Com o objetivo de compreender a prática profissional e o papel de advocacia desempenhado por essa bibliotecária, bem como os atributos que a tornam uma inspiração em seu ambiente de trabalho, tornou-se necessária a coleta de informações por meio de um questionário composto por 46 questões.

A elaboração do instrumento seguiu critérios que abrangeram desde os “Dados de Identificação” até aspectos relacionados ao “Empoderamento Profissional e Identitário”. As perguntas foram estruturadas de forma a permitir comentários e aprofundamentos, possibilitando uma análise mais rica e reflexiva das respostas.

Além disso, foi realizado um pré-teste com um discente com deficiência participante do PET do Curso de Biblioteconomia da UFMA, que não entrou para o quantitativo da amostra. Esse discente atestou que o formulário era coerente e relevante em sua elaboração.

Em consonância com a confirmação do discente, o link de acesso ao formulário foi disponibilizado e enviado por WhatsApp, com prazo de 2 (dois) dias para expiração.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item serão apresentados os resultados da pesquisa, organizados nas seguintes categorias: perfil de identificação e formação continuada; e atuação no mercado de trabalho, com ênfase em oportunidades e desafios.

3.1 Perfil de identificação e formação continuada

A entrevistada tem entre 37 e 47 anos, possui deficiência física em decorrência de uma paralisia cerebral durante o parto e ingressou no Ensino Superior por meio do sistema de cotas, tendo concluído sua graduação entre os anos de 2001 e 2005. É mestre em Educação e possui conhecimentos básicos em audiodescrição, o que evidencia uma trajetória acadêmica marcada pelo compromisso com a inclusão e a acessibilidade.

Assim, sua formação é sólida, aliada à vivência pessoal com a deficiência, contribui significativamente para o exercício profissional, especialmente no contexto das bibliotecas universitárias. Essa bagagem teórica e experiencial fortalece sua atuação tanto nos serviços de referência e circulação quanto na coordenação de iniciativas voltadas à acessibilidade, como a Comissão de Acessibilidade da UFMA. A combinação entre conhecimento acadêmico e sensibilidade social torna sua prática mais empática, crítica e transformadora, promovendo um ambiente mais acolhedor e equitativo para todos os usuários.

3.2 Atuação no mercado de trabalho (oportunidades e desafios)

A entrevistada informou que seu ingresso no mercado de trabalho ocorreu por meio do sistema de cotas, atuando há 13 (treze) anos no Sistema de Bibliotecas da UFMA, especificamente na Seção de Serviço de Referência e Circulação. Além de suas atribuições técnicas, também exerce a função de coordenadora da Comissão de Acessibilidade da instituição, em parceria com uma professora doutora vinculada ao Departamento de Biblioteconomia da UFMA.

Quando questionada se exerce a função para a qual foi concursada, informou que sim, e que sua carga horária atual de trabalho é flexível devido à deficiência.

A afirmação da bibliotecária de que a biblioteca onde atua não cumpre as determinações da Lei nº 13.146/2015, especialmente no que se refere ao artigo 1º,



revela um cenário preocupante de incompatibilidade entre a prática institucional e os marcos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência. A referida lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece, entre outros direitos, o dever de instituições públicas e privadas de assegurar ambientes de trabalho acessíveis, inclusivos e livres de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas.(Brasil, 2015)

A percepção da entrevistada de que seu ambiente de trabalho não oferece condições adequadas de acessibilidade e inclusão reforça a ideia de que ainda persistem barreiras estruturais e institucionais que limitam o pleno exercício profissional de pessoas com deficiência, mesmo em espaços de natureza educacional e informacional, como as bibliotecas universitárias.

Essa constatação evidencia uma contradição entre o discurso institucional de inclusão e a realidade vivida por profissionais com deficiência, o que compromete não apenas o desempenho técnico desses trabalhadores, mas também sua dignidade, autonomia e qualidade de vida no trabalho. Ademais, ao não garantir condições acessíveis, a instituição deixa de cumprir uma função social fundamental: a de ser um espaço de exemplo e promoção da cidadania.

A crítica implícita na fala da bibliotecária também aponta para a urgência de ações institucionais efetivas, como diagnósticos de acessibilidade, adaptações físicas e tecnológicas, políticas de formação continuada, escuta ativa e participação das pessoas com deficiência nas decisões sobre o ambiente laboral. Isso demonstra que a acessibilidade não deve ser vista como uma concessão, mas como um direito que precisa ser assegurado por meio de políticas públicas coerentes, planejamento institucional e compromisso ético.

A resposta da bibliotecária revela um avanço importante no cumprimento da Lei nº 13.146/2015, particularmente no que se refere ao Capítulo VI, que trata do direito ao trabalho das pessoas com deficiência. A afirmação de que a remuneração recebida é compatível com o piso salarial da categoria e equivale à dos demais profissionais sem deficiência indica que, nesse aspecto, há isonomia no tratamento e valorização profissional, como previsto nos artigos 34 e 35 da LBI.

Essa paridade salarial é fundamental para o reconhecimento da capacidade laboral da pessoa com deficiência, rompendo com a lógica histórica da tutela e da



subvalorização. O fato de a entrevistada não identificar desigualdade no aspecto remuneratório reforça o princípio da igualdade material, que busca assegurar não apenas o tratamento formalmente igual, mas também a garantia de condições reais para a equidade de direitos.

Entretanto, é importante destacar que a igualdade salarial, embora fundamental, não é suficiente, por si só, para assegurar um ambiente de trabalho plenamente acessível e inclusivo. A análise anterior da entrevistada, ao indicar a ausência de condições adequadas de acessibilidade no ambiente físico e institucional, mostra que a equidade salarial convive com outras formas de exclusão e barreiras no cotidiano laboral.

Portanto, o caso evidencia a complexidade da inclusão no trabalho: embora alguns direitos estejam sendo efetivados, como o da remuneração justa, outros aspectos fundamentais para o exercício profissional pleno ainda carecem de atenção institucional, como adaptações de infraestrutura, tecnologias assistivas, acessibilidade comunicacional e atitudes inclusivas por parte da equipe gestora e dos colegas.

Essa análise reforça a necessidade de uma abordagem interseccional e integrada da inclusão, em que os direitos trabalhistas, a acessibilidade e o reconhecimento da diversidade estejam alinhados como partes indissociáveis da política institucional.

Em continuidade, a entrevistada comentou que, na instituição em que trabalha, os gestores e colegas asseguram seu direito à permanência nos espaços da Universidade em condições de igualdade de oportunidade como os demais bibliotecários. Acreditam em suas ações e dão credibilidade aos projetos realizados.

A entrevistada relatou que sua principal dificuldade no ambiente institucional e/ou no setor em que atua está relacionada à acessibilidade arquitetônica, apontando a existência de barreiras físicas que comprometem sua mobilidade e autonomia no local de trabalho. Informou, ainda, que ao assumir o cargo, após ser concursada, nunca participou de programas de capacitação voltados à acessibilidade. Mas, depois, durante o seu exercício como profissional na instituição passou a planejar e desenvolver ações, projetos ou programas sobre acessibilidade e inclusão direcionados à formação de pessoas com ou sem deficiência.

Por fim, ao ser convidada a falar sobre seus últimos projetos desenvolvidos na Universidade, a entrevistada comentou que, desde 2018, o Sistema Integrado de



Bibliotecas da UFMA (SIBi/UFMA) vem desenvolvendo, de forma mais pontual, ações e estratégias de acessibilidade direcionadas à comunidade universitária que apresenta algum tipo de deficiência permanente e/ou temporária. Por meio dos “Serviços de Acessibilidade”, compostos por 2 (duas) “Salas de Acessibilidade na Biblioteca Central”, busca-se dispor à comunidade acadêmica um espaço inclusivo com tecnologias assistivas para facilitar o acesso à informação de pessoas que apresentem algum tipo de necessidade específica.

Complementando, falou sobre seu projeto de implantação de uma Comissão de Acessibilidade e Inclusão para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFMA (SIBi/UFMA), ressaltando que o projeto ganhou ainda mais relevância diante da iminente inauguração do novo prédio da biblioteca, então em fase final de construção, no qual a Comissão teria papel fundamental no fortalecimento do planejamento e da execução de estratégias voltadas à acessibilidade. Assim, a Comissão consolidou-se como um projeto institucional, aprovado pela Diretoria do SIBi/UFMA.

A Comissão está composta por representantes discentes, docentes, bibliotecários e servidores com e sem deficiência de unidades da UFMA e de representantes da Diretoria de Acessibilidade (DACES), e tem como coordenadoras: uma bibliotecária do SIBi e uma professora do Departamento de Biblioteconomia (DEBIB). Assim, a Comissão objetiva planejar e executar ações e estratégias que atendam as demandas dos usuários com deficiência com a finalidade de promover equidade no acesso à informação e cumprir com Seção X, Artigo 28 da Resolução Nº 2.858-CONSEPE/UFMA.

Muitas ações estão sendo desenvolvidas por essa Comissão. Em maio de 2025, o SIBi/UFMA ingressou na Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA). A Rede REBECA consiste na primeira rede brasileira voltada à disponibilização de acervos acadêmicos acessíveis para pessoas com deficiência visual, tendo por objetivo “reunir instituições de ensino superior que desenvolvem os mesmos produtos e serviços, proporcionando cooperação técnica e intercâmbio de trabalhos em formato acessível” (Melo; Furtado; Malheiros e Sousa, 2022, p. 254).

Recentemente, como requisito para integrar a REBECA, foi elaborado o plano de criação de um Repositório de Informações Acessíveis na UFMA, denominado “*Leitura e Informação Acessível da Universidade Federal do Maranhão*” (LIA.UFMA). O LIA será um



“repositório digital de informações acessíveis da UFMA, dedicado à disseminação de conteúdos acadêmicos e informacionais criados ou adaptados para pessoas cegas, com deficiência visual ou necessidade de leitura inclusiva da comunidade acadêmica” desta Universidade (Ufma, 2025, p. 1).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados revelam uma realidade ainda marcada por desafios significativos enfrentados pelos bibliotecários com deficiência, principalmente no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica. E, como mediadores da informação, é imprescindível que tenham condições adequadas e acessíveis para exercer sua função.

Mazzotta (2005, p. 65) ressalta que deve-se compreender a importância da participação das pessoas com deficiência no planejamento e na execução dos serviços, produtos e recursos que lhes são destinados, pois essa participação é imprescindível para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva em todos os seus espaços, efetivando, na prática, o que a legislação brasileira orienta.

É fundamental compreender a pessoa com deficiência e suas necessidades concretas, para que as ações sejam pensadas e implementadas em um ambiente acessível e em conformidade com as diretrizes atuais de acessibilidade, garantindo a inclusão de todos: usuários atuais, possíveis usuários, membros da comunidade, equipe de trabalho e qualquer indivíduo em busca de informação.

A análise dos dados até aqui evidencia a complexa realidade enfrentada por profissionais com deficiência no ambiente das bibliotecas universitárias. Embora haja avanços pontuais, como a conquista de cargos via sistema de cotas e a equiparação salarial, ainda persistem barreiras significativas, especialmente no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, à formação continuada e ao apoio institucional efetivo.

A trajetória da bibliotecária entrevistada revela não apenas competência técnica e compromisso com a inclusão, mas também resiliência diante de um cenário que, muitas vezes, negligencia as necessidades específicas de seus profissionais. Sua atuação, marcada por engajamento e senso crítico, aponta para a urgência de políticas mais abrangentes e inclusivas, que considerem a acessibilidade como um direito e não um favor.



Portanto, os dados demonstram que a equidade no ambiente de trabalho vai muito além da igualdade salarial. É preciso garantir condições reais de permanência, desenvolvimento e participação plena das pessoas com deficiência em todas as dimensões da vida profissional, contribuindo para ampliação de debate e, sobretudo, para impulsionar ações concretas que promovam ambientes mais justos, acessíveis e humanos.

Ressalta-se que esta temática apresenta-se com poucos estudos, e esta pesquisa não se esgota aqui. Dito isto, sugerimos para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de investigar: (i) a trajetória de bibliotecários com deficiência em diferentes regiões do Brasil, comparando contextos institucionais; (ii) a relação entre políticas públicas de inclusão e sua efetiva aplicação em bibliotecas universitárias; (iii) o impacto das tecnologias assistivas na prática profissional desses bibliotecários; (iv) a percepção de gestores e equipes sobre a inclusão de colegas com deficiência; e (v) a construção de indicadores de acessibilidade para avaliar o nível de inclusão em bibliotecas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro.

University libraries: The role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. *Transinformação*, v. 31, e180029, 2019. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e180029>. Acesso em 20 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Diretoria Integrada de Bibliotecas da UFMA e Daces discutem implementação de políticas de acessibilidade para a Biblioteca Central. *In: Universidade Federal do Maranhão*. [S.l.]. 2023. Disponível em:

<https://share.google/ybYMrpvcXmDrEmnRT>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; COSTA, Michelle Karina Assunção. A (in) acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. 2, p. 161-178, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/479/647>. acesso em: 21 jun. 2025.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Política Institucional: “Leitura e Informação Acessível da Universidade Federal do Maranhão” (LIA.UFMA). São Luís: Consepe, 2025.